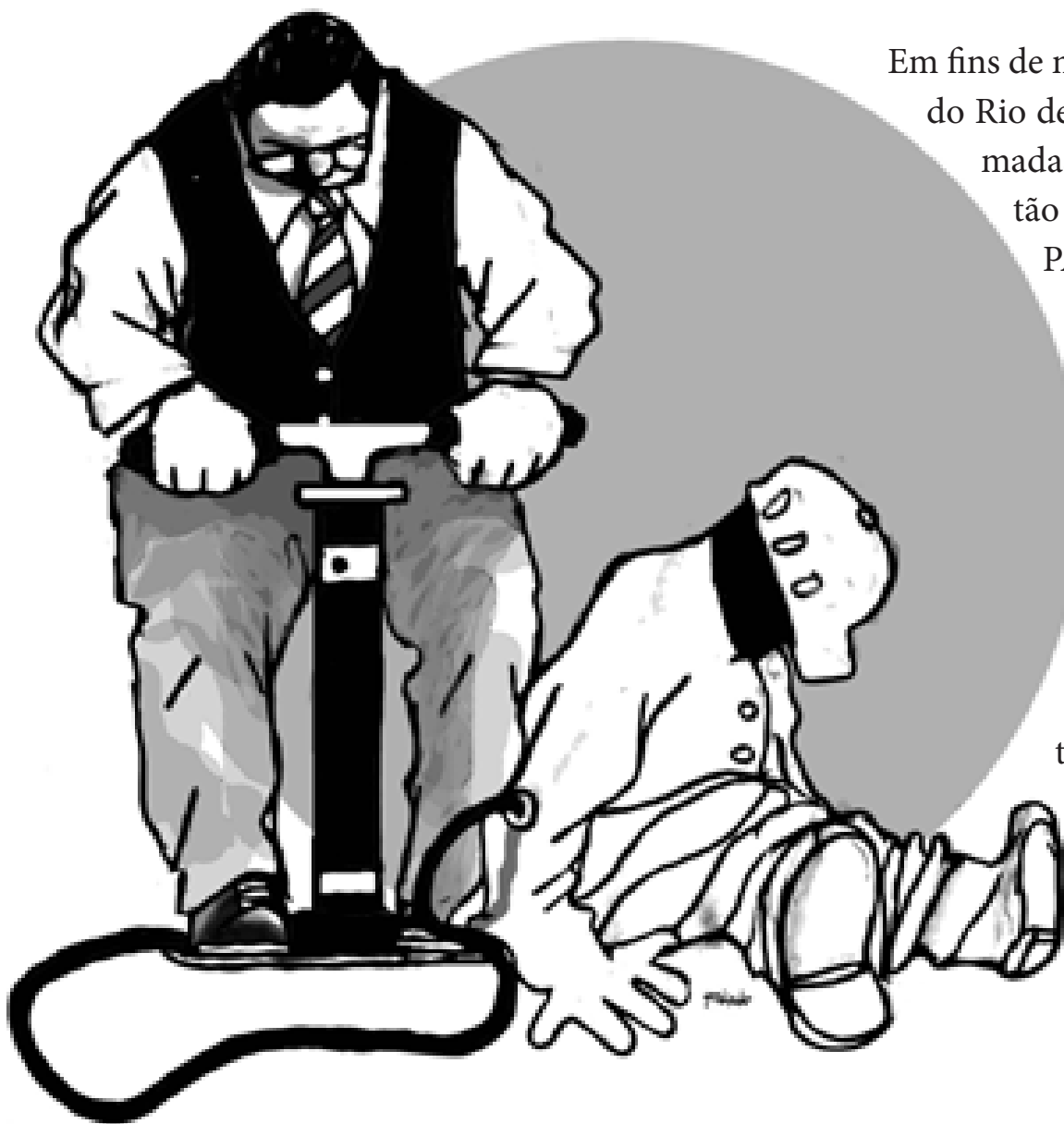


Conselho propõe medidas para a economia e a Previdência



Em fins de maio, o Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro aprovou, em plenária, duas tomadas de posição a respeito de temas que estão na ordem do dia do debate nacional: o PAC e a Previdência Social. No que diz respeito ao Programa de Aceleração da Economia, o Corecon-RJ adverte para a ausência de discussão sobre a qualidade do crescimento, propondo uma série de medidas que vão desde o limite de gastos para pagamento de juros até a reforma tributária. Em relação à Previdência, os conselheiros lembram que há os dispositivos constitucionais que estabelecem receitas que estão sendo desviadas de suas finalidades e propõem mais rigor na cobrança dos débitos, que já ultrapassam os R\$ 200 bilhões. **Página 3**

8

Márcio Pochmann:
Falta convergência
para um projeto
nacional

14

Orçamento:
urgência de
uma reforma
tributária

11

Celso Furtado:
o arquivamento
dos seus sonhos
e idéias

editorial

A imprevidência de uma reforma

■ Uma vez mais o governo anuncia a “necessidade” de uma nova reforma na Previdência Social. Como de vezes anteriores, o argumento não difere: é preciso um “ajuste de contas” para que, no futuro, os trabalhadores tenham aposentadoria. A forma de obter esta garantia é reduzindo ainda mais, no presente, os direitos desses mesmos trabalhadores, de modo a que no futuro eles não tenham praticamente mais direito algum.

No entanto, toda esta cantilena neoliberal sobre a Previdência Social tem sido desmontada e denunciada pelas entidades da sociedade civil que se debruçam sobre este tema; e que debatem e questionam o chamado “déficit da Previdência”, que a mídia por sua vez tenta fazer parecer à sociedade como um “consenso”, uma verdade estabelecida, a qual só não enxerga quem não quer. E o que é preciso é discutir soluções, as quais resultam invariavelmente em perdas de direitos e abertura cada vez maior para a privatização da Seguridade Social, com a ampliação crescente da previdência privada, combinada a uma também crescente fragilização da Previdência Social pública.

Nesta edição, o *JE* publica duas manifestações políticas do plenário do Conselho Regional de Economia do Estado do Rio de Janeiro, a respeito de dois dos principais pontos da agenda nacional: o PAC e a reforma da Previdência. Em relação ao PAC, o Conselho adverte para a ausência de uma discussão sobre a qualidade do crescimento econômico que se pretende para o país, propondo um leque de medidas alternativas não só para o crescimento, mas o desenvolvimento econômico do Brasil.

Quanto à Previdência, o Conselho adverte que a reforma que se anuncia irá trazer novas perdas para os trabalhadores, fragilizando ainda mais todo o sistema de Seguridade Social erigido pela Constituição de 1988. Sistema este que é superavitário, se contadas as receitas constitucionais que dele são desviadas para o superávit que se acumula, a fim de pagar juros da dívida pública, engordados pelas altas taxas. Sem falar dos débitos com a Previdência, que superam a casa dos R\$ 200 bilhões.

São questões que estão na agenda e demandam nossa atenção e posicionamento.

Boa leitura.

SUMÁRIO

3 Tomada de Posição
Mudar o modelo econômico e garantir a Previdência Social Pública

4 **A transição para um novo modelo**

6 **Garantir a Previdência Social Pública**



8

PAC em debate
Convergência para um projeto nacional
Marcio Pochmann

11 **Na contramão do sonho de Celso Furtado**

Luciana Bandin

14 Fórum Popular de Orçamento
Finanças do estado e do município
A urgência da reforma tributária

16 **Conselho abre novas turmas a partir de julho e de agosto**

O Corecon-RJ apóia e divulga o programa Faixa Livre, apresentado por Paulo Passarinho, de segunda à sexta-feira, das 8h às 10h, na Rádio Bandeirantes, AM, do Rio, 1360 khz.

JE JORNAL DOS ECONOMISTAS

Órgão Oficial do CORECON - RJ
E SINDECON - RJ
Issn 1519-7387

Conselho Editorial: Gilberto Alcântara, Gilberto Caputo Santos, José Antônio Lutterbach Soares, Paulo Mibielli, Paulo Passarinho, Rogério da Silva Rocha e Ruth Espinola Soriano de Mello • **Editor:** Nilo Sérgio Gomes • **Projeto Gráfico e diagramação:** Rossana Henriques (21) 2462-4885 - rossana.henriques@gmail.com • **Ilustração:** Aliedo • **Caricaturista:** Cásio Loredano • **Fotolito e Impressão:** Tipológica • **Tiragem:** 13.000 exemplares • **Periodicidade:** Mensal • **Correio eletrônico:** imprensa@corecon-rj.org.br

As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição das entidades. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

CORECON - CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA/RJ

Av. Rio Branco, 109 – 19º andar – Rio de Janeiro – RJ – Centro – Cep 20054-900
Telefax: (21) 2103-0178 ramal 22 • **Correio eletrônico:** corecon-rj@corecon-rj.org.br
Internet: http://www.corecon-rj.org.br

Presidente: João Paulo de Almeida Magalhães • **Vice-presidente:** Paulo Sergio Souto
Conselheiros Efetivos: 1º terço (2005-2007): Reinaldo Gonçalves, Ruth Espinola Soriano de Mello, João Paulo de Almeida Magalhães – 2º terço (2006-2008): Gilberto Caputo Santos, Antonio Melki Junior, Paulo Sergio Souto – 3º terço (2007-2009): Carlos Henrique

Tibiriçá Miranda, Sidney Pascotto da Rocha, José Antonio Lutterbach Soares • **Conselheiros Suplentes:** 1º terço (2005-2007): Arthur Camara Cardozo, Carlos Eduardo Frickmann Young, Regina Lúcia Gadioli dos Santos – 2º terço (2006-2008): Antônio Augusto de Albuquerque Costa, Edson Peterli Guimarães, José Fausto Ferreira – 3º terço (2007-2009): Angela Maria de Lemos Gelli, Sandra Maria Carvalho de Souza, Rogério da Silva Rocha.

SINDECON - SINDICATO DOS ECONOMISTAS DO ESTADO DO RJ

Av. Treze de Maio, 23 – Gr. 1607 a 1609 – Rio de Janeiro – RJ – Cep 20031-000 • **Tel.:** (21)2262-2535
Telefax: (21)2533-7891 e 2533-2192 • **Correio eletrônico:** sindecon@sindecon.org.br

Coordenador Geral: Sidney Pascotto da Rocha • **Coordenador de Assuntos Institucionais:** Sidney Pascotto da Rocha • **Secretários de Assuntos Institucionais:** André Luiz Silva de Souza e José Antônio Lutterbach Soares • **Diretores de Assuntos Institucionais:** Abrahão Oigman, Antônio Melki Júnior, Nelson Victor Le Cocq D'Oliveira, Paulo Sergio Souto, Ronaldo Raemy Rangel e Sandra Maria Carvalho de Souza • **Coordenador de Relações Sindicais:** João Manoel Gonçalves Barbosa • **Secretários de Relações Sindicais:** Carlos Henrique Tibiriçá Miranda e Wellington Leonardo da Silva • **Diretores de Relações Sindicais:** Ademir Figueiredo, César Homero Fernandes Lopes, Gilberto Caputo Santos, José Fausto Ferreira, Maria da Glória Vasconcelos Tavares de Lacerda e Regina Lúcia Gadioli dos Santos • **Coordenador de Divulgação, Administração e Finanças:** Gilberto Alcântara da Cruz • **Diretores de Divulgação, Administração e Finanças:** José Jannotti Viegas e Rogério da Silva Rocha • **Conselho Fiscal:** Antônio Augusto Albuquerque Costa, Jorge de Oliveira Camargo e Luciano Amaral Pereira.

O Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro e o Centro de Estudos para o Desenvolvimento divulgaram, neste fim de maio, duas manifestações políticas frente a questões que estão na ordem do dia do debate nacional sobre a conjuntura econômica, política e social do Brasil: o PAC e a Previdência Social. Essas posições do Conselho foram tomadas em Plenária, após os debates realizados durante o Seminário

sobre o PAC, promovido pelo Corecon-RJ e pelo Centro de Estudos para o Desenvolvimento, e depois das exposições técnicas a respeito da Previdência Social apresentadas, a convite do Conselho, pelos economistas Fábio Giambiagi, do Ipea, e Denise Gentil Lobato, do Instituto de Economia da UFRJ.

Intituladas “Tomadas de Posição”, as manifestações foram apresentadas por três economistas e conselheiros. O presidente do Corecon-RJ, João Paulo de Almeida Magalhães, apontou a falta de uma estratégia de desenvolvimento econômico, que o PAC só acentua, longe de resolver. Antonio Melki Filho observou que o país ainda não conseguiu estabelecer uma política industrial que agregue valor, até porque a política econômica tem mantido o mesmo modelo dos últimos anos. O PAC não altera fundamentalmente a política em curso, e os grandes projetos por ele definidos só reforçam o modelo de produtor de commodities, como no caso das hidrelétricas para atender o agronegócio ou as rodovias de escoamento da produção que é exportada. Paulo Passarinho, vice-presidente do Conselho, abordou dois pontos que vêm sendo apresentados como justificativa para uma nova reforma da Previdência: o desequilíbrio entre receita e despesa e a questão da perspectiva demográfica. Sobre as contas, ele lembrou os preceitos constitucionais que orientaram a Seguridade Social

na Constituição brasileira de 1988, e que asseguram fontes de receita que hoje são desviadas para o ajuste fiscal, principalmente devido aos elevados juros que incidem sobre a dívida pública. Quanto à questão demográfica ele mostrou projeções do IBGE apontando que, em 2025, 67% da população estarão

Tomada de Posição

Mudar o modelo econômico e garantir a Previdência Social Pública



na faixa etária da vida ativa, percentual que hoje é de 66%. Só a partir daí é que decrescerá, chegando em 2050, a 64%. Ou seja, uma perspectiva mais do que confortável, ao contrário do que propagam os que defendem nova reforma previdenciária. A seguir, as íntegras das duas manifestações do Conselho.

A transição para um novo modelo

1 Conforme consta na apresentação do Programa, “o PAC consiste em um conjunto de medidas destinadas a incentivar o investimento privado, aumentar o investimento público em infra-estrutura e remover obstáculos (burocráticos, administrativos, normativos, jurídicos e legislativos) ao crescimento”.

2 Como decorrência dessas medidas, o governo espera alcançar uma taxa de crescimento real do PIB da ordem de 4,5%, em 2007, e de 5%, ao ano, no período 2008/2010. Cumpre lembrar que essas metas são extremamente tímidas frente às taxas de crescimento observadas, hoje, em inúmeros países em desenvolvimento, ao mesmo tempo em que não respondem às necessidades de urgente redução do enorme estoque de desempregados e subempregados na economia brasileira.

3 Basicamente, o Programa se apóia no aporte de recursos públicos e privados, em investimentos na infra-estrutura de R\$ 503,9 bilhões, no período 2007/2010, através de medidas nas áreas de crédito, financiamento, investimento e gestão das contas públicas.

4 Preliminarmente, como consideração de caráter geral, deve-se ressaltar que esse conjunto de medidas não deve ser considerado um plano de desenvolvimento para o país. Por mais esforço que o governo faça em considerá-lo como tal, seriam necessárias outras medidas, notadamente de longo prazo e de cunho estratégico, para diversas áreas.

5 O PAC também não define nenhuma mudança nos rumos da atual política macroeconômica, baseada em uma política monetária exclusivamente centrada nas chamadas metas de inflação, no regime de câmbio flutuante e perseguindo metas de superávit primário que penalizam os investimentos públicos e a manutenção adequada da máquina pública.

6 O governo deve ter consciência que as medidas anunciadas não criam as condições que, por si só, seriam suficientes para que a economia cresça. A revisão dos números do PIB promovida pelo IBGE, elevando seu valor para próximo da meta a ser atingida, não garante o sucesso do Programa. Caso não se altere a atual política fiscal, de juros e de câmbio, os recursos previstos para investimentos, oriundos do setor privado, poderão não ser aportados, por não obter uma rentabilidade competitiva.

7 Isso sem levar em conta o fato que essa revisão dos números mostrou que a taxa de investimento é de aproximadamente 16% do PIB, e não de 20%, como até agora se cogitava.

8 Com relação aos recursos que deverão ser alocados nas obras de infra-estrutura, deve-se destacar que os projetos que somam R\$ 436,1 bilhões, praticamente 87% do total de recursos envolvidos, já estavam previstos no orçamento das empresas estatais, não con-

O Conselho Regional de Economia, tendo em vista o lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) pelo Governo Federal, promoveu um seminário específico para analisar o tema. As conclusões do evento, levadas para debate no âmbito do Conselho, permitiram que o Colegiado de Conselheiros, em sessão plenária, deliberasse a respeito do assunto, tornando público seu posicionamento.

figurando dinheiro “novo”. Nesse montante também estão incluídos valores previstos em linhas de financiamento, algumas já existentes, não configurando, nesse caso, aporte direto de recursos. Note-se que na área de energia não figura nenhum recurso proveniente do orçamento fiscal.

9 O que pode ser considerado como “recurso novo” é o montante resultado da ampliação dos valores relativos ao Projeto Piloto de Investimentos (PPI) – de 0,2% para 0,5%, a serem descontados dos 4,25% do PIB, reservados ao superávit primário.

10 A título de comparação, somente em 2006 os juros pagos pelo Tesouro ultrapassaram a cifra de R\$ 160 bilhões, muito acima da média de recursos anuais a serem aplicados pelo PAC, como investimentos, créditos e financiamentos. Fica evidente, portanto, qual a prioridade do governo.

11 Os problemas com relação ao meio-ambiente evidenciam que não foram devidamente considerados os impactos sobre recursos naturais e populações, que poderão advir da implementação dos projetos. A promoção do desenvolvimento sustentável exigiria que no PAC constassem ações de precaução, e mitigadoras dos desdobramentos sócio-ambientais dos investimentos previstos. Com isso, cria-se a falsa sensação de que a preocupação ambiental obstrui necessariamente o desenvolvimento, de forma a encontrar pretexto para eventuais fracassos. Investir no uso sustentável dos recursos naturais é também uma forma de garantir crescimento econômico, mas essa possibilidade não foi explorada pelo PAC, que adota forma simplista de subsidiar a produção através da desconsideração dos custos ambientais.

12 Não há discussão sobre a qualidade do crescimento. As obras relacionadas, em especial as de logística, apontam para o favorecimento do escoamento da produção de *commodities*, reforçando o equívoco de concentrar a pauta de exportações nesses produtos. A especialização em produtos intensivos em recursos naturais é indesejável por tratar-se de atividades produtivas com baixo valor adicionado e sujeitas a depressões cíclicas de preço e demanda.

13 O retrocesso da economia brasileira a uma situação de especialização em exportações de produtos primários



trará enormes custos ambientais, sem ganhos econômicos e sociais permanentes. É particularmente preocupante o avanço que poderá ocorrer na fronteira agrícola, amazônica e no cerrado, destruindo-se o patrimônio natural e desarticulando formas tradicionais de produção e organização social, através do incentivo à expansão da pecuária extensiva e da monocultura. Um modelo alternativo deveria explorar a riqueza desse patrimônio natural, ao invés de destruí-lo para reproduzir, uma vez mais, uma estrutura produtiva concentradora dos benefícios econômicos e socialmente excludentes.

14 Nas chamadas medidas complementares, chama a atenção os limites impostos aos gastos com pessoal da União, por um período

de 10 anos. Durante este período, o reajuste da folha se restringirá à aplicação da variação acumulada do INPC dos 12 meses anteriores ao do reajuste, acrescido de 1,5%. Esta medida foi alardeada como benefício para o pessoal do setor público, ao definir um aumento real. Entretanto, ela é na verdade o congelamento dos salários dos servidores, uma vez que tais índices se aplicam ao total dos gastos e não aos salários de forma individual. Levando-se em conta que o próprio crescimento vegetativo da folha de pagamento já se encontra, em termos reais, no patamar de 1,5%, prevê-se que as perdas salariais acumuladas nos últimos 12 anos estarão congeladas, havendo forte possibilidade de novos prejuízos para

os servidores, ou ainda, de forma mais grave, o ajuste ao limite se faça através de demissões.

15 Também foi alardeada pelo governo como benéfica, a nova regra estabelecida para os futuros reajustes do valor do salário-mínimo - reajuste pela inflação acumulada nos 12 meses anteriores, acrescido em termos reais pela variação do PIB de dois anos atrás. No entanto, o fato é que ela interrompe o processo acumulado nos últimos anos de recuperação acentuada do poder de compra do salário-mínimo. Essa regra tem como principal objetivo impor uma limitação aos gastos da Previdência, como proporção do PIB, na medida em que o piso dos benefícios pagos pela mesma está vinculado, pelo menos até agora, ao valor do próprio salário-mínimo.

16 É necessário enfatizar que na alternativa de vigoroso crescimento da economia, e com suas consequências se revertendo para a efetiva mudança nas condições de vida da imensa população pobre, será necessária mudança do modelo econômico em curso no país.

17 Como medidas alternativas para o estabelecimento de novas condições macroeconômicas, com o objetivo de criar condições ao desenvolvimento gerador de emprego e distribuidor de renda e riqueza, defendemos:

a) limitação dos gastos relativos ao pagamento de juros e ao próprio endividamento financeiro do Estado, via a atual política monetária, promovendo uma forte redução da atual taxa básica de juros. É importante lembrar que, nos quatro primeiros anos do governo Lula, foram pagos como juros decorrentes da dívida pública mobiliária a espantosa cifra de R\$ 591 bilhões, com o estoque dessa dívida subindo de R\$ 760 bilhões para mais de R\$ 1 trilhão;

b) criação de mecanismos de con-

trole sobre a entrada e a saída de capitais do país, de forma a evitar os fluxos de curto prazo de natureza especulativa que respondem, principalmente, às altas taxas de juros vigentes no país. Estas taxas expressam a atual dominação financeira e a focalização exagerada no cumprimento de metas de inflação;

c) adoção de política cambial que favoreça as exportações e defenda o parque produtivo nacional contra a concorrência predatória externa, beneficiária da atual valorização do Real;

d) reconfiguração do Orçamento Público, a partir da redução do superávit primário, com ênfase no aumento de recursos para investimentos na Infra-estrutura física do país (energia, transportes, habitação e saneamento), na Educação, na Saúde, na Reforma Agrária, na Agricultura Familiar e na modernização, fortalecimento e ampliação dos serviços públicos, em especial nas suas atividades destinadas ao atendimento à população e de natureza fiscalizatória e de regulação;

e) ampla reforma tributária no país, pautada pelo princípio da forte progressividade na tributação. Isto implica a prevalência dos impostos diretos - sobre a renda e a propriedade - em relação aos indiretos - sobre a produção e o consumo. Em relação a estes últimos, a sua incidência deverá igualmente obedecer ao princípio da progressividade, taxando-se de forma mais grave os produtos, bens e serviços não essenciais, ao mesmo tempo em que as isenções ou baixas alíquotas deverão contemplar itens de consumo essencial.

18 Precisamos transitar do modelo que defende a prevalência dos interesses do sistema financeiro para uma política econômica que defenda o mundo da produção, do emprego e do crescimento da economia interna do país, com redução das desigualdades sociais.

MBA FGV

O INVESTIMENTO DA SUA VIDA

AGORA EM DUQUE DE CAXIAS

• MBA • Cadesmp • Cursos Corporativos

Convênio

CORECON/RJ

Próxima Turma

MBA em

Gestão Financeira,

Controladoria e Auditoria

inscrições abertas

(21) 2673-3786

☎

R. Conde de Porto Alegre, 477, 7º andar - Duque de Caxias

www.fgvmeiboc.com.br

Garantir a Previdência Social Pública

1 Motivados pela recente iniciativa do Poder Executivo Federal em criar o Fórum Nacional da Previdência Social, alguns segmentos da opinião pública têm-se manifestado favoráveis a novas mudanças nessa importante área de interesse e direito de milhões de brasileiros. A rigor, desde meados da década passada, de forma insistente, vem sendo divulgada a existência de um suposto desequilíbrio financeiro entre as receitas e as despesas previdenciárias, com o pagamento dos chamados benefícios a aposentados e pensionistas do INSS – Instituto Nacional da Previdência Social. Em decorrência desse fato, já tivemos a aprovação – também na década passada – de uma série de mudanças na forma de concessão desses mesmos direitos, acarretando prejuízos importantes aos trabalhadores.

2 A lógica que orienta a defesa de novas mudanças nas regras previdenciárias insiste em apontar a existência de um suposto “déficit” nas contas atuais da Previdência, assim como alerta para a questão demográfica, em perspectiva.

3 Para um exame criterioso da atual situação das chamadas contas previdenciárias, cumpre nos reportarmos à própria Constituição Federal, em vigor. Em conformidade com o seu artigo 194, destacamos que o direito à Previdência está compreendido – junto com o direito à Saúde e à Assistência Social – dentro do conceito de Seguridade Social, bem como, através do inciso VI desse mesmo artigo, é definida a “diversidade da base de financiamento” da Seguridade Social. Desse modo,

o artigo 195 da Constituição Federal estabelece que a “seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios”, além de contribuições sociais incidentes sobre a folha de salários; sobre a receita ou o faturamento das empresas; sobre o lucro das empresas; sobre a folha de pagamentos e salários dos trabalhadores; e sobre a receita de concursos de prognósticos. Observa-se, assim, de forma cabal, a diversidade das fontes de receita da Seguridade Social e a vinculação do direito à Previdência Social ao próprio conceito de Seguridade Social.

4 Esses esclarecimentos constitucionais são importantes, porque uma primeira impropriedade que destacamos, nas discussões sobre a real situação da Previdência, é a caracterização da existência de um suposto déficit financeiro em torno de algo que se constitui em uma obrigação constitucional do Estado brasileiro. Sendo uma obrigação constitucional do Estado organizar a Seguridade Social – enquanto direito à Previdência, à Saúde e à Assistência Social, a discussão pertinente é quanto às fontes de receita desse segmento e aos seus respectivos montantes, adequados ou não, para o financiamento de suas despesas.

5 Sendo assim, ao examinarmos o Orçamento da Seguridade Social, e observando o comportamento de todas as suas receitas

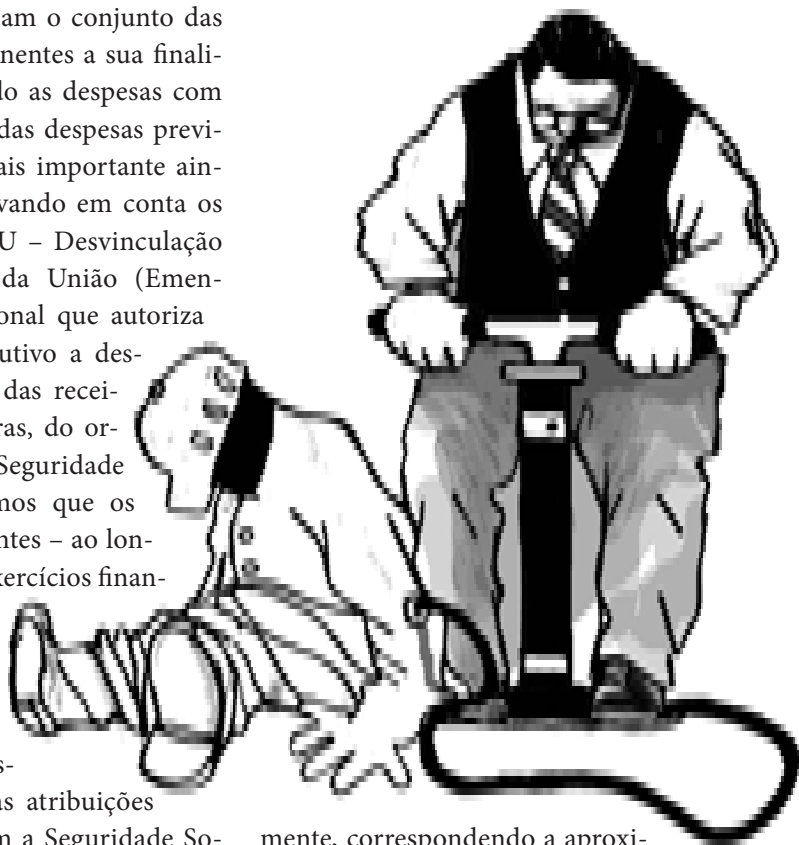
O Conselho Regional de Economia, por deliberação da sua Plenária de Conselheiros, vem tornar pública sua posição em relação à discussão quanto à pertinência de nova alteração nas atuais regras relativas ao funcionamento da Previdência Social Pública.

constitucionais, registramos que essas comportam o conjunto das despesas pertinentes a sua finalidade, incluindo as despesas com o pagamento das despesas previdenciárias. Mais importante ainda: mesmo levando em conta os efeitos da DRU – Desvinculação das Receitas da União (Emenda Constitucional que autoriza o Poder Executivo a desvincular 20% das receitas, entre outras, do orçamento da Seguridade Social), notamos que os recursos restantes – ao longo de vários exercícios financeiros – têm-se mostrado suficientes ao financiamento dos gastos relativos às atribuições do Estado com a Seguridade Social brasileira.

6 Com relação à questão da perspectiva demográfica, lembramos que a estrutura etária da população brasileira é inteiramente distinta daquela observada em países que hoje enfrentam preocupações com o envelhecimento de suas populações e, ao mesmo tempo, com baixas taxas de natalidade.

7 Os dados do IBGE, nesse sentido, são esclarecedores. É fato que teremos uma evolução importante, em termos proporcionais ao conjunto da população, do segmento de brasileiros com 65 anos ou mais de idade. Atual-

mente, correspondendo a aproximadamente 6,5% da população total, esse segmento tenderá a representar 18,5% do total da população brasileira, no ano de 2050. Contudo, para efeito da sustentabilidade do sistema de repartição no financiamento das despesas com o pagamento dos benefícios previdenciários, cumpre notar o comportamento e a evolução do segmento de brasileiros relativo à população em idade ativa. Correspondendo, hoje, a aproximadamente 66% do total de brasileiros, esse importante segmento populacional tenderá a aumentar o seu peso relativo no conjunto da população, até o ano de 2025



– quando corresponderá, de acordo com as estimativas do IBGE, a 67,5% do total da população. Apenas a partir daquele ano, esse grupo tenderá, de forma lenta, a diminuir o seu peso relativo no conjunto da população, estimando-se que, em 2050, corresponda a 64% da população.

8 Desse modo lembramos que a mais importante medida a ser tomada pelos nossos governos, no intuito de assegurar condições adequadas de financiamento ao sistema de Seguridade Social que temos hoje no país, é fortalecê-lo. Particularmente, temos que combater a informalidade nas relações de trabalho, superando a dramática situação que atinge a mais da metade da população economicamente ativa, além de obviamente adotarmos uma política macroe-



conômica que nos assegure taxas de crescimento econômico expressivas, e que aumente a participação dos salários no conjunto da renda nacional.

9 Especialmente em relação à situação da Previdência Social, são necessárias medidas no intuito de aumentar a atividade fiscalizatória, visando inibir os crimes de sonegação e apropriação indébita dos recursos previdenciários. Ao mes-

mo tempo, defendemos maior rigor na execução fiscal dos devedores – estima-se que o montante de créditos a receber ultrapasse R\$ 200 bilhões. Estas podem se constituir em iniciativas eficazes e conseqüentes à solidez do sistema público previdenciário.

10 Essas medidas conformariam, também, formidável antídoto aos interesses do sistema financeiro, interessado na fragilização da Previdência Social Pública e no conseqüente fortalecimento dos sistemas de apropriação privada – por parte de bancos, seguradoras e fundos de pensão – de expressiva parcela da poupança previdenciária dos trabalhadores brasileiros.

11 Alertamos que a permanen-

te continuidade de tentativas de alteração das regras atinentes à Previdência Social Pública, junto com os próprios efeitos já produzidos por recentes mudanças que dificultaram ainda mais o direito a um justo valor às aposentadorias requeridas, constituem-se em fatores de fragilização grave à imagem e ao sistema previdenciário público brasileiro. Contribui, sobremaneira, para que esse sistema não cumpra, na prática, o dispositivo constitucional que o define como de caráter universal, estimulando a falta de confiabilidade em sua eficácia. Acabam assim, por atender à lógica que fortalece a participação da gestão privada na administração de expressiva parte dos recursos oriundos da poupança previdenciária dos trabalhadores brasileiros.

Clínica Gisele Cario
Spazio di Medicina Estética

Formada pela Universidade Federal Fluminense
 Pós Graduada pela International Association of Aesthetic Medicine
 Membro do Conselho Brasileiro de Medicina e Cirurgia Estética
 Membro da Associação Brasileira de Laser

Tratamentos Corporais e Faciais

- Facial**
 - Microdermoabrasão
 - Peeling de Cristal
 - Prevenção do Envelhecimento
 - Rejuvenescimento Facial
 - Correção Boca
 - Tratamento Botóxico
- Corporal**
 - Microdermoabrasão
 - Peeling Químico
 - Carboxiterapia
 - Tratamento a Laser
- Tratamentos**
 - Monoterapia
 - Manutenção
 - Enxerto
 - Culabris
 - Fluoreto
 - Amor
- Tratamentos**
 - Correção Localizada
- Tratamentos**
 - Despigmentação
 - Ultrassom
- Tratamentos**
 - Tratamento a Laser

Desperte a beleza que existe dentro de você!

Drª Gisele Cario Rua Conde de Bonfim, 44, sala 1105
 CEP: 21.120-110
 Tijuca - Rio de Janeiro
 Tel. (21) 2547-4034

<http://www.giselecario.com.br>

M.W.
M. WANIWA
 MODA E QUALIDADE

Para você associada **CORECON**
15% DE DESCONTO
 É só apresentar sua identificação
 nas lojas, para ganhar um presente
 e ter crédito automático
 em até 5 x sem juros

até a partir de R\$ 200,00

SUPERMERCADO
 Av. Brasil 107, loja 1111
 1.21.234-0399

CELEBRE
 Rua de Assis Brasil, 11 loja 11
 1.21.234-0399

www.mwaniwa.com.br

Convergência para um projeto nacional

Vou concentrar minha exposição em dois pontos: primeiro, o que é um Plano de Aceleração do Crescimento? E, segundo, as medidas alternativas ao PAC.

Por que se tem um Programa de Aceleração do Crescimento, no Brasil? O Brasil é um país, a meu modo de ver, em que existe um quadro de decadência. Estão aí mais de duas décadas e meia de crescimento irrisório, o que constitui uma tragédia nacional.

Em um país que tem mais de 2,5 milhões de pessoas ingressando no mercado de trabalho, crescer abaixo de 5% constitui, na verdade, uma situação de inegável impossibilidade da resolução social no Brasil, motivo pelo qual o Brasil vive uma crise social, e grave. Se não houver uma interrupção desta trajetória vamos para três, quatro décadas de decadência. Não há razão para acreditar que este contexto tão desfavorável se altere, naturalmente, pelas forças de mercados ou algo assim. Se olharmos, então, na perspectiva da história – Celso Furtado chamava a atenção para isso – há somente um período que podemos comparar com este momento que estamos vivendo.

Desde 1840, o Brasil não vi-

via mais de duas décadas de crescimento tão baixo. O período que podemos comparar foi justamente o interregno do ciclo do ouro, em 1750, até basicamente 1820, 1830, quando novamente o Brasil aproveita os fluxos do comércio internacional, através do café, especialmente no momento em que com a forte industrialização na Europa, o patronato identifica no café uma bebida de estímulo aos trabalhadores europeus frente à enorme intensificação do trabalho, naquele momento.

Se compararmos alguns indicadores perceberemos que se trata realmente de uma decadência relativa, na medida em que temos outros países crescendo mais rápido do que nós e que estamos perdendo posição.

O Brasil tinha uma renda per capita que equivalia a 80% praticamente à dos EUA, e que hoje é inferior a 19% da norte-americana. Éramos um país que tinha a quinta maior população do mundo e, no início dos anos 80, um desem-



prego que, do ponto de vista quantitativo, o colocava na 13ª posição mundial. A partir dos 90, estamos com um desemprego que nos coloca entre o terceiro ou o quarto país na quantidade de desempregados. A estatística do IBGE dá cerca de 9 milhões de pessoas. Se considerarmos as que pressionam o mercado de trabalho, mesmo estando com algum tipo de ocupação, chegamos a uma taxa de desemprego ampliada de 27% da população economicamente ativa e um desemprego que se abate principalmente sobre a juventude. Nunca, em nenhum momento da história nacio-

nal, tivemos um período em que aqueles que são hoje considerados jovens (15 a 24 anos) tivessem esta proporção de desempregados. Nenhuma geração viveu um quadro tão difícil como este, hoje.

A destruição do Estado

O PAC nos coloca uma oportunidade que em poucos momentos, de 80 para cá, tivemos, que é a de voltar a discutir a questão do crescimento. O PAC abre uma nova perspectiva, a de começar a discutir a questão do crescimento. Mas é só crescimento? O país não precisa

de desenvolvimento? Uma questão de fundo, que não está colocada, é que o PAC, assim como foi o Avanço Brasil, no governo FHC, é de difícil implementação porque a experiência neoliberal, no Brasil, destruiu a capacidade de gerenciamento do Estado. O Brasil perdeu 2,5 milhões de funcionários públicos nestas últimas duas décadas. Em 1980, 12% dos ocupados no Brasil eram funcionários públicos. Hoje são pouco mais de 8%. O PAC contém mais de mil operações – que Estado vai fazer isso? Este é um bom problema: que Estado é esse, necessário para fazer um programa de crescimento?

Estamos vivendo uma transição no capitalismo, nova onda de renovação tecnológica, revolução – sociedade pós-industrial, do conhecimento? – e é uma oportunidade inédita, porque pela primeira vez na história talvez tenhamos oportunidade de participar de um momento de transformação do capitalismo. Lá nos anos de 1750, 1800, o Brasil colônia era completamente distante, marginalizado de qualquer possibilidade de aproveitar o que foi a primeira revolução industrial. A mesma coisa durante a segunda, final do século XIX, início do XX, e nós ainda prisioneiros de um anacronismo, que foi o trabalho escravo, na transição do Império para a República. Tínhamos gente como Rui Barbosa, que era um industrialista, pensava o Brasil no seu conjunto, mas que não foi capaz de construir a convergência nacional em torno do crescimento e da industrialização. Sequer se conseguia construir um partido republicano, em 1890. Como é que se vai fazer um plano de desenvolvimento nacional, de crescimento, se não se tem convergência, em um país tão heterogêneo, como somos?



A saída qual foi? O acordo dos governadores, em 1896, primeira República, que tornou o Estado nacional mais fraco do que no Império, e incapaz de fazer políticas nacionais. Até 1930, ou seja, até termos convergência em torno do crescimento econômico, passamos pela revolução de 1930. Talvez, não tenha sido uma revolução burguesa, como o próprio Florestan Fernandes nos mostrou. Mas foi uma mudança que contou de fascistas a comunistas. Foi uma frente antiliberal, nos anos 20! Washington Luiz disse que a laranja substituiria o café. Então, frente, convergência política, uma nova maioria para que o Brasil deslanchasse do ponto de vista do crescimento. Isto gerou praticamente 50 anos de crescimento quase contínuo, permitiu que o Brasil deixasse de ser uma grande fazenda, produtora de café, para se transformar na 8ª economia mundial. Não foi pouco o que o Brasil fez. Foi dos poucos países da periferia que conseguiu levar avante um projeto de internacionalização. E esta maioria política, que contava de comunistas a fascistas, perpassou períodos democráticos e autoritários.

Precisamos avaliar melhor o momento. São 22 anos de democracia continuada, neste país. Mais representativa do que participativa, mas já completamos um ciclo em que todas as forças que lutaram durante o período militar já

tiveram sua experiência de poder. O PMDB, nos anos 80, o PSDB e, agora, o PT. Em 2004, o Pnud fez uma pesquisa em que 56% dos brasileiros aceitam a ditadura, desde que signifique uma mudança nas condições mínimas do cidadão comum. Ou seja, estamos vivendo em uma fase que nem mesmo a democracia está garantida.

A importância fundamental do PAC é, na verdade, ser um movimento no sentido de se construir uma maioria política, uma convergência nacional num país que não tem partido político nacional.

Se comparar qualquer partido que tenha lá no Sul ou no Nordeste são coisas completamente diferentes. Que convergência política nos permitiria colocar a questão do crescimento em primeiro plano? A única que há, a meu ver, no plano econômico, é em torno da inflação baixa. Nós começamos derrotados, porque o que a experiência neoliberal nos colocou é a forte ênfase no combate à inflação. Temos hoje inflação baixa, mas não tem vida no país. É como dizer que no cemitério, à noite, não tem barulho. O Brasil, enfim, tem uma inflação baixa como nunca antes, de forma contínua, mas não temos vida.

É possível dar um salto

O país vive momento especial, em que poderia aproveitar melhor essas transformações nas bases técnicas do capitalismo que, não sei por quanto tempo, é possível dar um salto do ponto de vista da industrialização, completar a industrialização em cima de produtos de base tecnológica mais ampla, o que seria possível num momento em que o salto tecnológico não foi monopolizado. Uma coisa seria o Brasil ter se industrializado em 1890, se caso as intenções de Rui Barbosa tivessem sido

levadas adiante, como foi o caso do Japão, que conseguiu se industrializar no final do século XIX, quando a tecnologia ainda não estava completamente monopolizada, quando ainda se tinha várias formas de construção do automóvel. A partir de 1914, construir automóvel é um modelo só, é o padrão fordista.

Estamos vivendo esta oportunidade, que poderíamos aproveitar melhor, com crescimento. Aliás, estamos condenados a voltar ao século XIX, prestes a voltar a um novo ciclo da cana de açúcar. Nada contra o Brasil desenvolver uma nova matriz energética etc., mas isto é muito pouco para um país como o nosso. Para quem está olhando o Brasil na sua totalidade, estamos diante de uma desestruturação da sociedade brasileira, muito rapidamente. Rio de Janeiro e São Paulo protagonizaram o crescimento nacional entre 1930 e 1980. Atualmente, os estados-locomotivas são a lanterna do Brasil, os dois últimos vagões do trem brasileiro. Dizem que o Brasil está crescendo o equivalente ao Haiti, não sei dizer, então, sobre o Rio de Janeiro e São Paulo, porque eles estão crescendo menos do que o Brasil, menos que o Haiti, portanto. Os estados que mais crescem, com índices próximos ao chinês, são Amazonas e Mato Grosso, de 7% a 8% ao ano. Justamente estados em que aumenta a pobreza, como o Amazonas, e o Mato Grosso é onde mais cresceu o desemprego. Evidentemente, que esse tipo de expansão econômica, no Centro-Oeste e no Norte, são incapazes de manter a integridade nacional. Tudo bem que quando São Paulo crescia concentrava a riqueza econômica, mas o fato crescer puxava os demais estados. O crescimento que temos nessas regiões não puxa o Brasil. Então, o momento é ao mesmo tempo especial e grave.

Não sei se teremos condições de construir uma convergência política para impor uma ruptura à dominação financeira que está aí. Alguém vai dizer: “ah, o presidente podia ter feito isso, ter feito aquilo”. Acho até que falta uma certa ousadia, uma certa coragem, mas o que chamo a atenção é o seguinte: os interesses dominantes são extremamente fortes. Quem teve alguma experiência administrativa sabe o que significam os grandes interesses. Não é simples mudar a trajetória dos últimos 26 anos, no Brasil. Diria que estamos até condenados a repeti-los, se não tiver uma base política, pois não é uma questão técnica. Todos concordam que se tem que baixar juros, mudar o câmbio. E por que não se faz? Porque não tem base política.



Como é que se constrói uma maioria política, porque o que está em jogo é um projeto nacional. Não adianta cada um ter um modelo que não é o mesmo. E isso pra nós é uma dificuldade enorme porque somos um país que não tem tradição democrática, com 500 anos de história, mas que não tem 50 anos de democracia. Portanto, temos dificuldades enormes em construir

convergência na democracia. Estamos cometendo erros que outros já cometeram. Lamentavelmente, não conseguimos cometer erros novos, só velhos. Se formos estudar qual foi a experiência dos partidos de esquerda, dos socialistas, dos comunistas, na passagem dos anos 20 para os anos 30, a resposta para a incapacidade da esquerda européia foi a do fascismo, do nazismo.

Na Alemanha da República de Weimar mais de 60% dos desempregados eram jovens, e nós temos hoje metade dos desempregados é de jovens, no Brasil. Quem adere ao nazismo, quem defende o nazismo nos últimos dias, da queda lá em 1945? 95% dos jovens alemães estavam filiados à juventude hitlerista. Nós não temos mensagem para a nossa juventude, hoje.

As razões do PAC, portanto, são históricas: procurar construir uma maioria política. Isso significa um amplo arco de alianças partidárias, uma aliança do ponto de vista da opinião pública porque as barreiras contra o crescimento econômico são enormes, não técnicas, mas políticas.

É isso que está em jogo, a meu modo de ver. Espero que o PAC tenha essa possibilidade. Ele é um pouco das necessidades do Brasil. Se a gente avaliar o que gostaríamos de ser e o que somos, a diferença é enorme. O PAC pode ser uma inflexão, pode ser, pois não há garantia de que será. Dependerá da nossa capacidade de construção de convergências.



ECONOMIZE
Até **20%**

LIGUE PARA
KAMPAR 21 2141-0770

O **CORECON-RJ** e a **KAMPAR SEGUROS** desenvolveram uma parceria para beneficiar você **ECONOMISTA**.

Solicite um orçamento sem compromisso para o seguro do seu automóvel.

Acesse agora mesmo:

<http://www.kamparseguros.com.br/corecon-rj/>
ou ligue para 21 2141-0770

Não perca esta oportunidade!



Atendimento diferenciado com economia significativa exclusiva para você **ECONOMISTA**



30%
de desconto
na psicoterapia

Crianças, adolescentes e adultos
Especialista em Casal e Família

Camila Monteiro - Psicóloga

CRP 05/28413

Botafogo

8753-7475 / 2286-4178



Na contramão do sonho de Celso Furtado

Duas idéias foram centrais no pensamento de Celso Furtado. Primeira, a de que o subdesenvolvimento é fruto da inserção passiva e subordinada dos países periféricos na divisão internacional do trabalho e que essa forma de inserção condena esse grupo de países a serem eternos exportadores de produtos primários. Nessa condição, o crescimento econômico não é capaz de promover o desenvolvimento. Outra vigorosa idéia é que o mercado interno deveria ser o centro dinâmico do sistema produtivo e o motor da economia.

■ Luciana Bandin
Economista

Celso Furtado é um dos grandes pensadores que se dedicou não apenas a estudar o desenvolvimento, mas lutou na sua vida pública para colocar em prática as suas teorias em prol de sua realização. Por tudo que fez, pensou e escreveu, mereceu reconhecimento e seu nome batiza o Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, sediado no BNDES, financiado pelas principais instituições públicas do desenvolvimento e dirigido por economistas de primeira grandeza.

Infelizmente, assistimos suas idéias serem reverenciadas, mas tratadas como peças de museu por aqueles que são responsáveis pelos rumos do nosso país. Essa constatação está exemplarmente expressa em estudo publicado pelo BNDES (“Visões do Desenvolvimento”, de novembro de 2006), sobre os horizontes de investimento da indústria

para o período de 2007-2010. Foram estudados nove setores da indústria, que responderam em 2005 por 63% da taxa de todo o investimento industrial e, portanto, são significativos para uma análise de futuro. Encontramos nesse estudo números reveladores acerca das opções de investimento e do modelo de desenvolvimento adotado pelo Brasil, incentivado pelas instituições responsáveis pelo seu fomento, inclusive o próprio BNDES.

De maneira resumida, o quadro apresentado pela pesquisa mostra que dos R\$ 380 bilhões de investimentos previstos para o período 2007-2010 há uma grande predominância de investimentos nos setores relacionados com a atividade extrativista e nos segmentos de insumo básico.¹ A consolidação dos dados revelou que 62% dos investimentos estão concentrados em petróleo, gás e mineração. Papel e Celulose, siderurgia e petroquímica, ou seja, segmentos de insumos básicos, respondem por 20% dos investimentos previstos para o período. Os setores mais relacionados ao consumo, como automobilístico, eletroeletrônico e fármacos, somam em conjunto 20%.

Reforçando velhos modelos

Segundo os dados apresentados e as próprias conclusões do estudo, o Brasil está adotando uma estratégia de desenvolvimento que se assenta sobre setores que produzem para exportação, sendo a “maior

parte desses investimentos... de caráter autônomo em relação ao mercado interno... [e] respondem a movimentos da expansão e deslocamento da economia mundial”.

Ou seja, o Brasil está longe de uma estratégia que busque dinamismo na potencialidade de seu mercado interno e que esteja intimamente vinculada a uma política de redistribuição de renda, outra vertente fundamental do padrão de desenvolvimento sonhado por Furtado. **Ainda na conclusão, os autores reconhecem que os resultados são surpreendentes, tanto pelo volume dos investimentos como por serem autônomos ao mercado interno. E constataam que “um dos desafios... está em conseguir ampliar os efeitos dos investimentos sobre o restante da economia”.**

Esse estudo nos conduz a seguinte pergunta: como o BNDES e os demais responsáveis pelo financiamento do modelo adotado avaliam a aposta em uma estratégia de desenvolvimento, que concentra de maneira tão gritante nossa atividade econômica em setores extrativistas e de insumos básicos, voltados para alimentar as indústrias dos países desenvolvidos, que não dependem em nada da melhoria da renda de nossa população, que tem um poder de irradiação para o conjunto da economia limitado, e que incentiva a ampliação desmedida de setores cuja

Sonho
realizado em
1 minuto?

Crédito **minuto**

 **Banrisul**
www.banrisul.com.br

viabilidade econômica depende do fornecimento de energia a baixo custo e/ou estão no centro de conflitos socioambientais?

Não é a toa que fabricantes de papel da China declararam que se decidissem construir novas fábricas para atender ao crescimento do consumo interno eles o fariam na América Latina. Enquanto isso, a carteira total de investimentos do BNDES para o setor de papel e celulose chegará a R\$17,5 bilhões, até 2010!

O que esse estudo vem revelar antecipa o que no início do ano foi anunciado pelo PAC, um Plano que pretende aumentar o potencial de crescimento da economia,

reforçando o mesmo modelo em curso. Nesse sentido, não aporta nenhuma novidade e não procura responder os desafios apontados na conclusão do estudo do BNDES, que por sua vez também não sai do âmbito do diagnóstico e, enquanto isso, concentra seus investimentos nos mesmos setores. E na medida em que não propõe, no caso do plano do governo, e não investe, no caso do Banco, em setores e projetos que podem trazer uma mudança qualitativa do nosso padrão de desenvolvimento, o resultado só pode ser a manutenção do que já está. Com o mero crescimento, dentro do mesmo modelo, pode-se até obter



algum alívio e melhora em alguns índices. Mas também as mazelas, comumente chamadas pelos economistas de externalidades, serão aprofundadas. A questão da degradação ambiental, o crescimento do emprego de má qualidade, o conflito em torno da terra, por exemplo, serão aprofundados.

Já é hora de os dirigentes desse país terem uma visão estratégica de mais largo alcance, em vez de deixarem-se levar pela correnteza da

inserção passiva. Seguir esse fluxo, que de maneira nenhuma é espontâneo, pode não ser a melhor estratégia de longo prazo se desejarmos melhorar nossos indicadores sociais, termos um uso menos perdulário de nossos recursos naturais e dividirmos de maneira mais justa os ganhos do crescimento econômico.

No limite, como afirmava Furtado, essa inserção via exportação de bens de baixo valor agregado pode nos condenar a ser, não por destino, mas pela estreiteza de pensamento, um país desigual, subordinado e dependente para todo o sempre.

1 Petróleo e gás respondem por 48,4%, extrativo mineral 13,9%, siderurgia 9,8%, Papel e Celulose 5,3%, Petroquímica 4,6%, Automotivo 7,5%, sucroalcooleiro 5,3%, eletroeletrônico 4,1% e fármacos 1,2%

PRAIA DE PIATAN

VIVA SALVADOR POR APENAS

R\$ 25,00/DIA

Rua da Fauna, 15 - atrás do Hiper Ideal, Pitatan

O melhor albergue da Bahia

www.hostelpraiaepitatan.com.br



DR^a RUTH MOREIRA

CIRURGIÃ DENTISTA
CRO-RJ 32.572

CONVÊNIO COM O
CORECON/RJ OFERECE

DESCONTO DE 50 À 70
% SOBRE A TABELA DO SINDICATO DOS
CIRURGIÕES DENTISTAS NOS SEGUINTE
PROCEDIMENTOS

- CIRURGIA • DENTÍSTICA • PERIODONTIA
- PRÓTESE • ODONTOPEDIATRIA
- ENDODONTIA • ORTODONTIA

APARELHO GRATUITO
VOCÊ FAZ TODOS OS EXAMES RECEBE O APARELHO
E SÓ PAGA A MANUTENÇÃO

LIGUE E MARQUE A SUA CONSULTA
(CONSULTA E AVALIAÇÃO GRATUITA COM HORA MARCADA)

TEL-FAX 2597-2190

RUA DIAS DA CRUZ 111 OU HERMENGARDA 20 SALA 204
ED RIO MEYER - MÉIER - RJ

Finanças do estado e do município

A urgência da reforma tributária

A partir da consolidação das diversas demonstrações orçamentárias e financeiras das contas públicas determinadas pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), é possível uma comparação das finanças municipais e estaduais do Rio de Janeiro. Evidentemente, o espaço não comporta uma análise aprofundada, por isso nos restringiremos aos principais itens da receita e aos aspectos mais significativos, ao nosso olhar, da despesa: investimentos e dívida. O período focado é de 2002 (quando entrou em vigor a LRF para os municípios) a 2006. Para tanto, utilizamos as informações contidas nas prestações de contas dos exercícios financeiros referidos, dos relatórios da LRF e do Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios (Siafem).

A arrecadação do Estado do Rio de Janeiro cresceu 67%, de 2002 a 2006, em termos nominais. No mesmo período, a inflação medida pelo IPCA foi de 28,2%, mostrando um crescimento real bastante expressivo. O crescimento nominal das receitas do ERJ foi fundamentado em três itens, com as seguintes participações no total do crescimento:

- Arrecadação de ICMS (30,9%);
- *Royalties* de petróleo e gás e Participações Especiais (27,3%);
- Fundo Estadual de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais – FECF (11,4%).

A soma desses itens corresponde a 69,6% do total do crescimento. O principal item do crescimento é o ICMS. No entanto, este imposto apresentou comportamento inconsistente no período, registrando em 2003 e 2005 crescimentos inferiores ao da inflação. Ainda assim e mesmo que sua representatividade venha decrescendo, ele responde por parcela significativa das receitas. Em 2002 era 50,2% do total arrecadado, passando em 2006 a 42,5% das receitas estaduais. O peso na arrecadação e o crescimento do ICMS nos demais períodos explicam, em boa medida, a evolução das receitas do Estado.

Os outros dois principais itens deste crescimento levam a uma apreensão, com relação ao futuro das finanças públicas do Estado. As receitas com *royalties* e participa-

ções especiais são praticamente independentes da vontade do governante; dependem da produção de petróleo e gás (*royalties*) e de sua lucratividade (participações especiais), como do preço no mercado internacional e da taxa de câmbio. E as do Fundo de Combate à Pobreza, criado em fins de 2002, começaram a ser contabilizadas somente em 2003. Esses recursos são oriundos de um adicional do ICMS, transitório e têm destinação específica.

Chama atenção, ainda, a utilização dos *royalties* para pagamento da antecipação de suas receitas e para cobrir o déficit previdenciário. A situação poderá se agravar no futuro, pois uma receita transitória está sendo usada numa despesa de caráter permanente. Também merece destaque a utilização dos recursos do FECF para o pagamento de pessoal e encargos sociais de atividades regulares ao funcionamento do estado, e não para ações suplementares de combate à pobreza e às desigualdades sociais, conforme determinação legal e razão de sua criação, resultando, desta forma, em apenas um aumento de alíquota de um imposto que interfere na atividade econômica.

Despesas e dívidas

Vale registrar o desempenho da arrecadação com a dívida ativa tributária do estado. Em dezembro de 2002, ela alcançava R\$ 6,7 bilhões

e a receita anual foi de R\$ 59,7 milhões, ou seja, apenas 0,9% do seu total. Já em dezembro de 2006 a dívida cresceu 147%, somando R\$ 16,6 bilhões, e foram arrecadados R\$ 104,8 milhões com sua execução, o que representa 0,6% do total. Portanto, o governo não está conseguindo resgatar o que lhe é devido e com isso agravando o já injusto sistema tributário.

Quanto aos gastos financeiros, aqui considerados a soma dos juros e encargos mais as amortizações da dívida, há um crescente declínio. Se, em 2002, essa soma era 9,9% do total da despesa realizada pelo estado, nos anos seguintes recuou para 9,7%, 9,2%, 9,0% e, finalmente, 8,5%, em 2006. Consequentemente houve crescimento dos gastos não-financeiros, tanto em termos nominais (71,4%), quanto relativos (1,4 p.p. do total do orçamento).

Um dos efeitos que podemos observar diante da redução dos gastos financeiros é a retomada da capacidade de investimento. A despeito de 2002 ter sido bastante conturbado pelas questões eleitorais e mudança do gestor (de Garotinho para Benedita), o investimento do estado representou 7,4% das despesas efetuadas. No exercício seguinte, já sob comando de Rosinha, foram impostas restrições ao gasto público e os investimentos foram de apenas 2,3%. Em 2004, o peso dos investimentos sobe para 4,3%; em 2005 alcança 4,5% e, em 2006, 4,9%.

Espera-se que, neste ano, essa participação supere pelo menos os 5%, indicando possível tendência de recuperação da capacidade de investimento do governo, tão necessário ao estado. Essa tendência esbarra na pressão exercida sobre as despesas correntes, em função dos diversos planos de cargos e salários aprovados em 2006, cujos impactos ainda não foram incorporados por completo.

A inflação baixa nos anos recentes foi um fator fundamental para a sustentabilidade das finanças estaduais. A dívida consolidada líquida (DCL) que, em 2002, representava 234,8% de sua receita corrente líquida, passou em 2006 a representar 172,5%. O limite de endividamento para os estados é de 200% de sua receita corrente líquida. Ressalte-se que a maior parte da dívida estadual está indexada ao IGP e que, no período analisado, este índice chegou a apresentar deflação no acumulado de 12 meses.

Esse patamar foi resultado da contenção das despesas, inclusive pelo indexador do gasto financeiro, somado ao incremento das receitas verificado. Quanto à disponibilidade financeira estadual e à (in)suficiência de caixa, após a inscrição dos restos a pagar, a situação é preocupante: as obrigações são maiores que a disponibilidade e a insuficiência de caixa é crescente, passando de R\$ 1 bilhão, em 2002, para R\$ 1,76 bilhão, em 2006.

Receitas e despesas no município

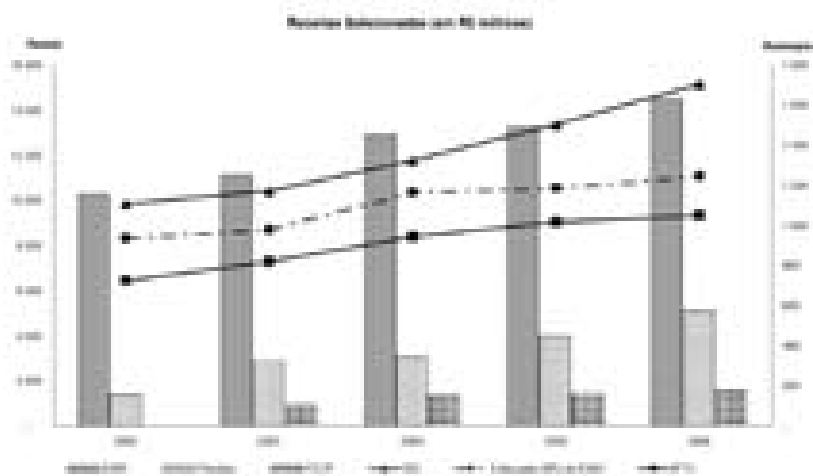
Como no estado, as receitas disponibilizadas ao município também obtiveram crescimento real. Ante 28,2% de inflação acumulada no período, a arrecadação municipal cresceu 37,4%. A semelhança também ocorre na identificação dos tributos como principais itens causadores desse aumento: ISS, IPTU e as cotas-parte do município sobre o IPVA e o ICMS, arrecadados pelo estado; Fundef e FPM (fundos compostos por uma “cesta” de diversos impostos). Cabe destacar ainda a Alienação de Bens, em 2006, quando foi vendido o direito de exclusividade para crédito em conta corrente da folha de pagamento da prefeitura. Juntos esses itens representam 79,6% do total do crescimento das receitas municipais.

praticamente o dobro das despesas totais do município (R\$ 8,3 bi). Enfim, pelo crescimento do volume da dívida ativa, tanto no estado quanto no município, e seu insuficiente resgate fica demonstrado o quanto é necessária uma profunda reforma tributária capaz de reverter esse quadro.

Evolução das despesas

As despesas do município também se elevam em todo período, porém, em ritmo menos acelerado que as receitas. Uma das conseqüências é a redução do déficit orçamentário e a mudança de sinal do balanço orçamentário, nos anos de 2004/6, como pode ser visto no gráfico:

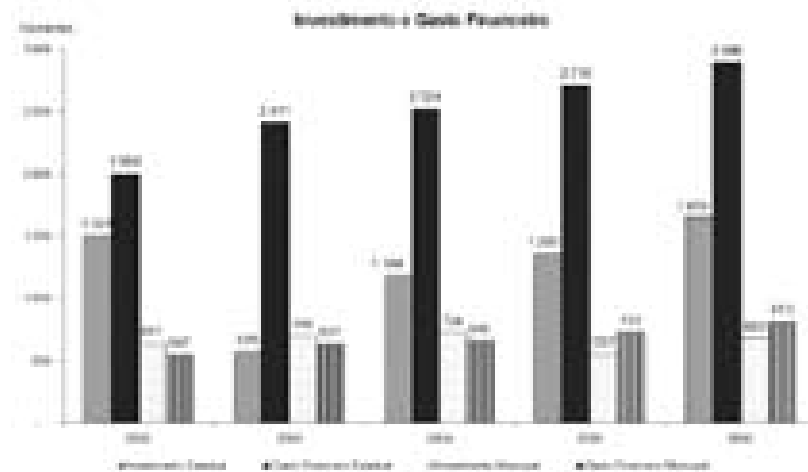
Para a compreensão das despesas é interessante discernirmos dos gas-



Com relação à capacidade da prefeitura em receber a dívida ativa, o que se percebe é a captação desses recursos crescer a um ritmo superior à inflação (em torno de 20% ao ano), em todos os exercícios considerados, exceto em 2006, quando decresceu. Porém, a relação dívida ativa paga/dívida ativa devedora piora nos cinco anos. Em 2002, a dívida paga correspondia a 1,15% do seu total. Em 2006, os R\$ 122 milhões pagos à prefeitura correspondem a 0,75% dos R\$ 16,3 bilhões da dívida. O saldo acumulado de R\$ 16 bilhões da dívida ativa é superior ao dobro da dívida consolidada do município (R\$ 7,6 bi) e, também,

tos totais aqueles relacionados ao pagamento de dívida. Com exceção do exercício de 2004, as despesas com pagamento de dívidas (juros e principal) têm um crescimento significativamente superior ao da inflação. Ao longo do período analisado, os gastos com dívida passam de R\$ 547 milhões, em 2002, para R\$ 812 milhões, com uma trajetória ascendente nos cinco exercícios.

As demais despesas do município têm um crescimento acumulado próximo ao da inflação, ou seja, não verificamos crescimento real das despesas. Num comportamento inverso ao do estado, o crescimento da despesa financeira induz à retração dos investi-



mentos realizados. Apenas em 2006, a elevação dos investimentos foi superior à da inflação (22,5% versus 3,1% do IPCA). Todavia, em 2005, os investimentos haviam sofrido queda de 23,1% e seu crescimento, em 2006, não foi capaz de elevá-lo ao patamar de 2004 (de eleições municipais). Em conseqüência, nos cinco anos do período houve uma queda real dos investimentos na cidade do Rio. Em 2006, os investimentos alcançam R\$ 680 milhões, a metade dos quais (R\$ 328 milhões) dedicados ao Programa do Pan.

Endividamento municipal

Nesse contexto de crescimento da receita corrente líquida e de aumento dos gastos com dívidas, superior ao crescimento dos demais gastos, verifica-se a conseqüente redução da relação Dívida Corrente Líquida/Receita Corrente Líquida que, em 2006, atinge 51,7%, bem abaixo do limite de 120% definido em resolução do Senado.

Apesar do desempenho da relação Dívida Consolidada/Receita Corrente Líquida, deve-se observar com cautela o desempenho financeiro da prefeitura, sobretudo a disponibilidade de caixa e a evolução da conta “restos a pagar”. A suficiência de caixa da prefeitura deve-se, na sua maior parte, à suficiência de caixa do regime previdenciário, que são recursos administrados pela prefeitura, mas pertencentes aos seus servi-

dores. Em 2003 e 2005, a suficiência de caixa do regime previdenciário, após a inscrição em restos a pagar, correspondeu a mais de 90% do total da suficiência de caixa da prefeitura.

A despeito das diferenças de volume e trajetórias orçamentárias e financeiras do Estado e do Município, há duas similaridades. A primeira diz respeito aos níveis de investimentos versus os gastos financeiros. Como demonstrado, as despesas com pagamentos de dívidas têm elevação constante ao longo do período, enquanto os investimentos apresentam um comportamento inconstante. No Estado, os níveis de 2006 voltam a igualar os de 2002. No município, os níveis de 2006, com os elevados investimentos nos jogos Pan-Americanos não atingem as cifras de 2004. A segunda é a evolução da Dívida Ativa e da sua arrecadação. O esforço da sociedade, através da prefeitura e do governo estadual, em pagar as suas dívidas e controlar as despesas, que se refletem diretamente na prestação de serviços e condições de vida da população, aparentemente não encontra paralelo na cobrança dos devedores dos recursos públicos.

Essas concordâncias na forma de gerir as finanças públicas das duas esferas governamentais apontam para a urgência da reforma tributária e, principalmente, a necessidade de avaliarmos os custos sociais decorrentes da política de busca pelo superávit primário, em função de um crescente gasto financeiro.

Conselho abre novas turmas a partir de julho e de agosto

A Secretaria de Cursos do Corecon-RJ já tem pronta a agenda de cursos para o segundo semestre, com turmas que se iniciam em julho e agosto próximo. Veja o calendário.

Curso de Perícia

De 7 de agosto a 13 de novembro de 2007, às terças e sextas-feiras, das 18h45 às 21h30.

O curso é direcionado aos economistas e bacharéis em Economia. Durante o curso de 78 horas-aula haverá apresentação e discussão dos conceitos periciais, legais, econômicos, contábeis e matemáticos aplicados às perícias, com leitura de autos, diligências ao local, informações sobre pesquisas, planilhas, cálculos, redação de parecer técnico e de elaboração de laudos.

Para fazer jus ao certificado que será emitido ao final do curso, o aluno deverá comparecer a, no mínimo, 75% das aulas e obter grau "6" na avaliação final. Os nomes dos aprovados serão enviados através de Ofício do Corecon-RJ às Varas Cíveis do Estado do Rio de Janeiro.

Turma de 20 alunos.

Economistas registrados:

R\$ 852,00 (ou 6 x de R\$ 142,00)

Bacharel em Economia:

R\$ 978,00 (ou 6 x de R\$ 163,00)

Matemática

Às quartas-feiras – das 18h às 20h – cada mês um assunto.

Economista registrado:

R\$ 90,00 por mês.

Estudante: R\$ 72,00 por mês.

Estatística

Turma 1 – De 2 de julho a 3 de agosto - às segundas e sextas-feiras, das 18h45 às 21h30.

Turma 2 – De 4 de julho a 3 de agosto - às quartas e sextas-feiras, das 14h30 às 17h.

Conteúdo:

Módulo 1:

Estatística Descritiva (2 aulas);

Módulo 2:

Teoria das Probabilidades (4 aulas);

Módulo 3:

Inferência Estatística (4 aulas).

Economistas registrados: R\$370,00.

Estudantes: R\$ 300,00.

Introdução à Economia Política: o pensamento de Karl Marx

De 6 de agosto a 8 de outubro de 2007, às segundas-feiras, das 18h45 às 21h30.

Conteúdo:

Vida e obra; materialismo histórico; a revolução proletária; crítica da economia política; mercadoria e fetichismo; transformação do dinheiro em capital; subsumção formal do trabalho ao capital; subsumção real do trabalho ao capital; reprodução do capital.

Taxa: R\$ 220,00

Economia e Meio Ambiente

Introdução ao tema e apresentação do mercado de trabalho

De 24 de julho a 4 de agosto, às terças, quintas e sábados.

Terças e quintas das 18h45 às 21h30 e sábados das 9h30 às 12h.

Economistas registrados: R\$ 224,00.

Estudantes: R\$ 179,00.

Contabilidade Financeira e Gerencial

De 8 de agosto a 28 de novembro de 2007, às quartas-feiras, de 20h às 22h.

O Objetivo do curso é proporcionar ao estudante uma visão básica, mas atualizada da contabilidade em termos de métodos, técnicas e conceitos. O estudante irá obter o domínio dos principais conceitos de contabilidade e sua importância como banco de dados crítico para a administração financeira de um negócio. Além disso, o curso está direcionado também para atender aos principais programas de contabilidade exigidos em concursos públicos, proporcionando ao aluno solução de exercícios direcionados a este objetivo.

Economistas registrados:

R\$ 372,00 (ou 4 x de R\$93,00).

Estudantes de Economia:

R\$ 300,00 (ou 4 x de R\$75,00)

Matemática Aplicada à Teoria Econômica

De 9 de agosto a 6 de dezembro de 2007, às quintas-feiras, de 18h45 às 21h30.

Curso de 50 horas-aula

Objetivo do curso:

Apresentar algumas ferramentas básicas de Economia Matemática utilizadas na literatura acadêmica corrente, desenvolvendo no aluno a capacidade de analisar fenômenos de micro e macroeconomia, a partir da operação de modelos matemáticos. Destina-se tanto a estudantes que desejam consolidar seus conhecimentos específicos sobre Economia Matemática aplicada, quanto a profissionais interessados em atualização nas ferramentas matemáticas focalizadas pelo conteúdo programático.

Economistas registrados:

R\$ 568,00 (4 cheques de R\$ 142,00).

Estudantes:

R\$ 452,00 (4 cheques de R\$ 113,00).

Matricule-se agora e leia mais informações pelo Portal dos Economistas:

www.economistas.org.br

BENEFICIÁRIOS DO CONVÊNIO COM A UNIVERSIDADE ESTÁCIO DE SÁ

A UNIVERSIDADE ESTÁCIO DE SÁ, comunica aos beneficiários do convênio com o CORECON/RJ, que não utilizará mais o critério de 30% de desconto sobre os cursos, mas uma tabela própria de preços com os respectivos descontos, conforme o curso escolhido, o campus e o horário. Mas, isso só vale para os alunos que ingressarem a partir do 2º semestre de 2007. Para os alunos em curso, não haverá alteração. Observe (na tabela) que os preços da coluna CONVÊNIOS, refere-se ao preço para o convênio utilizado pelos beneficiários do CORECON/RJ.

Os preços de CONVÊNIOS ESPECIAIS, refere-se aos convênios com Entidades da Administração Pública Direta. Ou seja, servidores públicos.

Esclarecimentos Adicionais: (21) 2206-9788

As tabelas com novos preços praticados em cada um dos campus e seus respectivos descontos, conforme curso, campus e horário, está disponível no site do CORECON/RJ. Acesse e confira: www.corecon-rj.org.br.